

Sobre o fenômeno ou o que aparece no ceticismo de Sexto Empírico

Juliomar Silva

Resumo: A noção de fenômeno (*phainómenon*) é uma noção muito específica e importante para o ceticismo pirrônico, em especial o ceticismo de Sexto Empírico. Após a suspensão de juízo (*epokhé*), o cético pretende levar uma vida sem crenças, sendo guiado apenas pelo fenômeno ou por aquilo que aparece. O que aparece nos é evidente de tal forma que seria impossível negá-lo. Porém, o discurso dito dogmático é um discurso que diz além do fenômeno, além do que nos é evidente e, por isso, o cético suspende o juízo sobre o que é dito dos fenômenos, mas não sobre os próprios fenômenos (HP I, 20)². O que aparece é justamente o que está fora do âmbito da suspensão de juízo, o cético não suspende o juízo sobre o que lhe aparece (HP I, 23). Por esta razão, o cético aceita os fenômenos e faz deles o seu critério de ação na vida cotidiana. O presente texto pretende investigar quais os detalhes e as características em torno do conceito de fenômeno ou de coisa aparente no ceticismo de Sexto Empírico.

O fenômeno (*tó phainómenon*) como algo evidente contrastado com o não evidente (*ádelon*)

Para o ceticismo, não temos como apreender as coisas mesmas. Tudo o que temos acesso é o fenômeno ou o que aparece (*phainómenon*). Apenas aquilo que nos aparece é evidente a nós. Tudo o que não aparece de modo evidente são chamados de objetos não evidentes (*ádelon*) ou, simplesmente, objetos externos (cf. AM VII, 366). Aquilo que está fora do âmbito das nossas afecções, sejam elas sensíveis ou intelectuais, não nos é evidente e, por isso, é externo a nós. Segundo os céticos, não temos como saber nada sobre as coisas externas ou sobre as coisas não evidentes e, por isso, sobre elas devemos suspender o juízo. Podemos dizer apenas o que nos é evidente “reportando nossas próprias sensações, sem manter opinião, nem afirmação sobre os objetos externos” (HP I, 15).

2. Os textos de Sexto Empíricos estão citados a partir das seguintes abreviações: *Hipótiposes Pirrônicas* (HP) e *Adversus Matemáticos* (AM). A numeração romana representa o livro e a numeração árabe representa o parágrafo de onde a passagem foi citada.

O que me afeta por meio dos sentidos é, para mim, evidente. Ao ficar diante de uma maçã não poderia não reconhecer que esta me afeta com uma cor, um odor e uma textura específica. Afecções sensíveis deste tipo são absolutamente evidentes. E isto que assim me afeta é o que me é evidente, é o que aparece para mim. Pelo intelecto também me advém que alguém ou algo colocou aquela maçã na mesa, que ela irá permanecer quando não estiver mais olhando para ela, que é composta por três dimensões etc. O que chega desta forma ao meu intelecto é também, para mim, evidente. Este é também um tipo de afecção intelectual que nos é evidente. Aos primeiros poderíamos chamar de fenômenos sensíveis e aos últimos de fenômenos inteligíveis. O que nos afeta de modo passivo, ou seja, independente de nossa vontade, tanto ao nosso aparato sensível quanto ao inteligível, é o que os cétricos chamam de fenômeno (*phainómenon*) ou o que aparece (cf. HP I, 19).

Porém, não sabemos, não é evidente a nós, se “a maçã tem apenas essas qualidades”, a verdade dessa proposição não é evidente a nós, a maçã poderia ter outras qualidades. A verdade de proposições deste tipo não aparece como sendo evidente para nós. Assim como um cego de nascença, que não tem acesso a cores, não diria que a maçã tem a qualidade da cor, nós também não temos como dizer se as únicas qualidades da maçã são aquelas que podemos perceber, talvez o nosso aparato não possa perceber outras qualidades da maçã. Da mesma maneira, não nos é evidente que “maçãs são melhores ou piores que outras frutas”, que “a natureza da maçã é ser doce” etc. A isto, a essas proposições, os cétricos chamam de não evidentes (*ádelon*) ou não aparentes. Tudo que não nos é dado pelas afecções dos sentidos ou do intelecto são chamados de não evidentes e, sobre estes, os cétricos suspendem o juízo, pois “os pirrônicos não assentem a algo não evidente” (HP I, 13).

O cético não suspende o juízo sobre o que é evidente (o que aparece), mas sim sobre o que é dito dos fenômenos. Ele suspende o juízo sobre as proposições que dizem algo além do fenômeno que é evidente, além daquilo que aparece, o cético suspende o juízo sobre as afirmações feitas a partir das coisas não evidentes (cf. HP I, 20). Essas proposições não dizem o que aparece e o que é evidente para nós, elas pretendem dizer como as coisas são no real. Por isso, o cético suspende o juízo sobre essas proposições ou essas afirmações que não são evidentes, mas assente ao que aparece ou ao que é evidente.

Argumentando pela inapreensibilidade das coisas não evidentes

Para o ceticismo, não há como apreendermos a verdade das coisas não evidentes. Mesmo pelo uso dos sentidos ou do intelecto ou pela combinação de ambos, via representação, não temos como apreender a verdade do que é não evidente ou daquelas proposições que pretendem dizer o que está para além do fenômeno que nos é evidente.

Algo é não evidente quando está fora do âmbito das coisas que nos afetam espontaneamente e involuntariamente. As afecções sensíveis sobre os objetos que estão ao meu redor como esta mesa, estas cadeiras, estes papéis etc., constituem um fenômeno sensível evidente para mim. Da mesma forma, as afecções intelectuais sobre estes objetos como a sua durabilidade, sua forma, sua proporção etc. são também para mim um fenômeno intelectual evidente. Estas afecções estão dentro do escopo das coisas que nos afetam de modo evidente. Não posso deixar de perceber estas coisas, “não podemos negar aquilo que nos leva, independente da nossa vontade, ao assentimento de acordo com uma aparência passiva” (HP I, 19). No entanto, se cadeiras são melhores do que mesas ou se tal temperatura é mais agradável que outra, já não é para nós um fenômeno evidente. Estas coisas, estes juízos, não aparecem para nós

como evidentes. O cético irá então suspender o juízo somente sobre as coisas não evidentes, somente sobre estas proposições ou estas afirmações que não constituem o fenômeno evidente que nos aparece.

Os sentidos não conseguem apreender estas coisas não evidentes. Eles são apenas como canais que transmitem as informações das nossas impressões sensitivas. A única coisa que os sentidos podem apreender são as suas próprias afecções, e as nossas afecções não são as coisas externas, pois o mel não é a afecção adocicada que recebo por meio dos sentidos, nem o absinto é a afecção amarga, as coisas em si mesmas são diferentes das nossas afecções (cf. HP II, 72).

O intelecto também não consegue apreender a verdade dos não evidentes. O intelecto é algo que julga as informações advindas dos sentidos, mas se julga que as afecções das coisas são as próprias coisas ele julga mal, pois vimos que as afecções são bem diferentes das coisas mesmas (cf. HP II, 73. AM VII, 357). Mesmo se aceitarmos que as nossas afecções são similares aos objetos externos, o que é similar a um objeto não é o próprio objeto. Assim como alguém que não conhece Sócrates apenas olhando para uma fotografia de Sócrates, não podemos dizer que conhece o próprio Sócrates. Do mesmo modo, é impossível para o intelecto dizer que, por acessar as afecções dos sentidos que são semelhantes aos objetos externos, conhece os próprios objetos externos (cf. HP II, 74. AM VII, 358.).

Através de uma forma que combina ambos, tanto sentidos quanto intelecto, Sexto Empírico também diz ser impossível a apreensão da verdade dos objetos externos ou das coisas não evidentes. Essa terceira forma seria por meio da representação (*phantasia*), pois segundo os dogmáticos, nem sentidos nem intelecto estariam conscientes das coisas se não fosse por meio da representação (AM VII, 370-71). Uma representação é formada através das informações dos sentidos que são compreendidas e organizadas pelo intelecto.

Mesmo assim, segundo Sexto, não é possível apreendermos as coisas não evidentes através das representações. Pois todos concordam, que nem todas as nossas representações são verdadeiras, do contrário os sonhos não difeririam da vida desperta, nem as representações dos loucos difeririam daquelas das pessoas em estado normal. Sendo assim, existem as representações verdadeiras (as que apreendem os objetos) e as representações falsas (as que não apreendem). O cético diz que não há como distinguir entre as representações verdadeiras e as representações falsas (cf. HP II, 77 e AM VII, 405). Não existe uma marca distintiva que nos permita distinguir, a cada situação, se a representação é verdadeira ou falsa. Pois quando estamos dormindo ou tendo uma alucinação, não há nada que nos mostre que as representações naquela situação sejam falsas, e nós nos comportamos como se elas fossem verdadeiras. O ponto é que se não existe marca distintiva entre quais são as representações³ verdadeiras e quais são as falsas, todas aquelas que dizemos ser verdadeiras pode não ser verdadeira. Pois as representações verdadeiras, que apreendem os objetos externos, não se distinguem das representações falsas que realmente não apreendem esses objetos.

O argumento da inapreensibilidade das coisas é apenas um meio que o cético usa para obter a suspensão de juízo. Com ele, o cético não tem por intenção afirmar categoricamente que todas as coisas são inapreensíveis, apenas as coisas não evidentes são inapreensíveis, pois o cético assente ao fenômeno ou as coisas que lhe aparecem de maneira evidente. Apenas sobre aquelas proposições não evidentes é que o cético argumenta pela sua inapreensibilidade. Logo, nem sentidos, nem intelecto e nem as representações apreendem as coisas não evidentes.

3. Os estoicos irão dizer que o que distingue as verdadeiras das falsas são as chamadas representações apreensivas. Essas seriam formadas por objetos reais em conformidade com eles de tal forma que não poderiam ser falsas. Não irei entrar na discussão sobre as representações apreensivas, aqui trato das representações apenas de modo geral.

Sendo assim, muitos afirmam que podemos apreender até mesmo as coisas não evidentes, como quer a maioria das filosofias dogmáticas. No entanto, em vista de argumentos que afirmam a apreensibilidade, os cétricos opõem argumentos que afirmam a inapreensibilidade. Desta forma, não há razões nem para afirmar nem para negar a apreensibilidade das coisas não evidentes e, por isso, devemos suspender o juízo sobre esta questão. O cético opta por levar uma vida *adoxástos*, ou seja, uma vida sem crenças e sem asserções sobre o que não lhe é evidente, mas assentido e sendo guiado pelo que lhe aparece ou por aquilo que lhe é evidente (HP I, 23-24).

A objetividade e a relatividade do fenômeno ou do que aparece

O que aparece se impõe a nós independentemente da nossa vontade, deste modo, o que é aparente aparece a todos da mesma maneira (HP I, 19 e HP III, 254). No entanto, o fenômeno é relativo àquele a quem aparece e, sendo assim, o que aparece é objetivo (se impõe) a várias pessoas, mas é também relativo a cada uma delas.

Uma aparência é algo que é imposto a nós tanto por meio dos sentidos quanto por meio do intelecto. Nesse sentido, “aquilo que é aparente aparece para todos da mesma maneira” (HP III, 254). Deste modo, o fenômeno que nos é evidente é algo objetivo e, sendo assim, não precisa ser dito, questionado ou ensinado, pois aparece a todos de maneira semelhante e objetiva (cf. HP III, 254). O fenômeno, com a evidência que assim nos impõe, não é objeto de investigação, ninguém negaria que o mel nos aparece doce, isso é evidente e é objetivo para todos em estado normal. O que se investiga é se a proposição “o mel é realmente doce” é verdadeira, é sobre isso que o cético suspende o juízo, mas essa proposição é o que é dito do que aparece e não o que aparece. O fenômeno é o que aparece, a coisa que aparece e, nesse

sentido, é irrecusável e objetivo, aparecendo para todos de modo semelhante. Através dessa objetividade é que o fenômeno se impõe a nós e fica fora do âmbito da investigação e da suspensão de juízo. O cético suspende o juízo apenas sobre o que é dito dos fenômenos, sobre as proposições ou as afirmações que querem dizer como as coisas são no real, mas ele não suspende a cerca dos próprios fenômenos (cf. HP I, 20).

De outra forma, só faz sentido falar em fenômeno se houver alguém que o perceba, tudo que aparece é relativo a quem aparece. Aquilo que aparece é aparente para cada um e, nesse sentido, a percepção do fenômeno é relativa a cada um. Alguns fenômenos aparecem iguais e comuns para todos os sujeitos, todos nós percebemos os fenômenos naturais de maneira semelhante. O que nos afeta de modo natural nos aparece da mesma maneira, como o fogo que aparece quente e a neve que aparece fria, o que nos afeta desta forma aparece de maneira igual e semelhante a todos nós (cf. HP III 179). No entanto, outros fenômenos não aparecem de forma semelhante para todos os indivíduos. Como os fenômenos morais, o que é o bem e o que é o mal não aparece da mesma maneira para todos, estes fenômenos morais aparecem de modo diferente e podem variar para cada povo ou até mesmo para cada indivíduo (cf. HP III, 179, 182). Desta forma, seja aparecendo de modo comum e semelhante (fenômenos naturais), seja aparecendo de maneira diferente (fenômenos morais), o fenômeno ou o que aparece é relativo a quem aparece.

Portanto, apesar de ser algo objetivo que se impõe a todos, o fenômeno é também relativo a cada sujeito que aparece. Sendo assim, o discurso do cético não poderia ser outro que não fosse um discurso que diz aquilo que lhe aparece.

Considerações finais

O conceito de fenômeno (*phainómenon*) em Sexto Empírico está relacionado, como vimos, com aquilo que nos é evidente. A evidência fenomênica, porém, não é apenas uma evidência sensível, mas é também evidência intelectual e racional. Essa evidência não é algo que buscamos, tanto pelos sentidos ou pelo intelecto, mas é algo que está dado a nós. O fenômeno ou o que aparece é objetivo e se impõe a nós sem a nossa vontade, querendo ou não o que aparece é evidente a nós.

Por esta razão, o ceticismo diz que todo discurso que pretenda dizer algo que vá além do que aparece é um discurso dogmático, pois não diz aquilo que nos é evidente. Toda proposição sobre do fenômeno, como aquela que diz “o mel é realmente doce”, é algo que é para nós não evidente (*ádelon*), e está além daquilo que nos aparece. O mel aparece como doce, para mim isso é evidente, mas não é evidente se ele é em sua natureza doce, essa proposição que é dita do mel não nos é evidente. E sobre aquilo que é não evidente o cético suspende o juízo. O cético irá suspender o juízo também sobre a nossa capacidade de poder conhecer aquilo que é dito não evidente, nem pelos sentidos, nem pelo intelecto e nem por meio das representações podemos conhecer o que é não evidente, sobre isso só nos resta suspender o juízo. O cético então permanece apenas com o que lhe é evidente, ou seja, com aquilo que lhe aparece.

O fenômeno, à maneira como o cético a ele assente, não é ao modo de um conjunto de crenças, aliás, o cético não adota os fenômenos por escolha ou como uma doutrina. O fenômeno apresenta uma objetividade, uma imposição de tal forma que o cético não poderia recusar. Apesar do que aparece aparecer a alguém de maneira relativa, o fenômeno é uma evidência imposta tanto aos sentidos quanto ao intelecto e, neste sentido, ele se impõe a todos. O cético, como qualquer um, não poderia

deixar de aceitar o que assim lhe é imposto, e é por isso que ele não suspende o juízo e aceita os fenômenos ou o que aparece.

Referências bibliográficas:

ANNAS, Julia and BARNES, Jonathan (1985). *The Modes of Scepticism*. Cambridge: Cambridge University Press.

BOLZANI FILHO, R. (1992) *O Ceticismo Pirrônico na obra de Sexto Empírico*. Dissertação de mestrado, USP, São Paulo, 76 pp.

BOLZANI FILHO, R. “Acadêmicos versus Pirrônicos”. In: Revista Sképsis, ano IV, nº 7, 2011, Páginas 5-55.

BROCHARD, Victor. *Os cétricos Gregos*, tradução Jaimir Conte (2008), São Paulo, editora Odysseus.

BURNYEAT, Myles. F. “Pode o cético viver seu ceticismo?”, tradutor: Rodrigo Pinto de Brito. In: *Revista Sképsis* 2010, nº 5, páginas 201-239.

FREDE, Michael. “As crenças do cético”. In: *Revista Sképsis* 2008, nº 3, páginas 139-168.

HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*, tradutor: José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

PORCHAT PEREIRA, Oswaldo (1991). “Sobre o que aparece”. In: *Rumo ao ceticismo*. São Paulo: Editora Unesp, pp 117-145, 2006.

SEXTUS, Empiricus. *Outlines of skepticism*, tradução: Julia Annas and Jonathan Barnes. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, edição revista em 2000.

SEXTUS, Empiricus. *Against the logicians*, tradução: R. G. Bury. Harvard: The Loeb Classical Library, vol. II, edição reimpressa em 2006.

SEXTUS, Empiricus. *Against the Physicists and Against the Ethicists*, tradução: R. G. Bury. Harvard: The Loeb Classical Library, vol. III, edição reimpressa em 2006.